



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

**ATO N. 87 DE 30 DE OUTUBRO DE 1974**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**, usando das suas atribuições legais e regimentais,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Ao funcionário do Tribunal Federal de Recursos que se deslocar, em objeto de serviço, da localidade onde tem exercício, conceder-se-á diárias para indenização das despesas de alimentação e pousada.

Art. 2º O arbitramento e a concessão das diárias, em cada caso, far-se-ão mediante propostas dos Assessores dos Ministros, do Secretário-Geral da Presidência, e dos Diretores-Gerais das Secretarias do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal ao Diretor da Secretaria Administrativa, com indicação do nome do servidor, cargo, local para onde se deslocará, serviço a ser executado, duração provável do afastamento e número de diárias a serem adiantadas.

§ 1º O valor da diária resultará da incidência dos seguintes percentuais sobre o salário-mínimo vigente na localidade para onde se deslocar o servidor:

I – se ocupante de cargo integrante do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, até 75% (setenta e cinco por cento);

II – se ocupante de cargo do Grupo por – Atividades de Apoio Judiciário, Categorias Funcionais de Técnico Judiciário e Taquígrafo Judiciário, e do Grupo – Outras Atividades de Nível Superior, até 65% (sessenta e cinco por cento):

III – se ocupante de cargo que compõe as Categorias Funcionais de Auxiliar Judiciário, do Grupo – Atividades de Apoio Judiciário, e de Agente Administrativo, do Grupo – Serviços Auxiliares, até 55% (cinquenta e cinco por cento);

IV – se ocupante de cargo das Categorias Funcionais de Agente de Segurança Judiciária e Atendente Judiciário, até 50% (cinquenta por cento);

V – se ocupante de cargo integrante das demais Categorias Funcionais, até 45% (quarenta e cinco por cento)..

§ 2º Quando a distância do local e a natureza do serviço não exigirem pernoite do servidor fora da localidade onde tem exercício, a diária reduzir-se-á à metade.

§ 3º. As diárias serão devidas a partir do dia do afastamento da sede e até a do retorno a esta.

§ 4º Em qualquer caso, o ato de arbitramento e concessão de diárias será publicado no Diário da Justiça.

Art. 3º Ao regressar à sede o servidor restituirá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as diárias recebidas em excesso.

Art. 4º Na concessão das diárias deverá ser observado o limite dos recursos orçamentários próprios, relativos ao exercício financeiro, vedada a concessão para pagamento em exercício posterior.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO MÁRCIO RIBEIRO

PRESIDENTE